

A LINGÜÍSTICA BRASILEIRA EM ‘PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR’ ARYON RODRIGUES POR ARYON RODRIGUES*

Cristina Altman
Universidade de São Paulo

Em 1937, 1938, eu era aluno do Ginásio Paranaense, em Curitiba. O professor de português era o filólogo baiano José de Sá Nunes, autor do manual *Língua Vernácula*, um exemplo de erudição. Ele deixou o Ginásio Paranaense em 1939 e depois foi convidado para ser assessor do acordo ortográfico de 1943. Sá Nunes foi o técnico que preparou o vocabulário ortográfico. A questão ortográfica era o grande fator de alienação dos estudos lingüísticos da época: a Lingüística era reduzida a questões sobre como escrever. Com sua saída, veio outro professor para a cátedra de português, [Rosário Farani] Mansur Guérios (1907–1987), que foi meu professor nas quatro séries do ginásio. O nível do ginásio naquela época era outro. Não havia faculdades, todos os intelectuais de humanidades eram professores concursados do Ginásio Paranaense–Externato, ou de outros do sistema estadual (Mansur Guérios tinha feito concurso para o Ginásio Regente Feijó, de Ponta Grossa, com uma tese sobre *Pontos de método da fonética histórica*, e de lá se transferiu para Curitiba).

Quando eu estava no segundo ano, resolveram criar um jornal com o mesmo nome do ginásio: *Jornal Ginásio Paranaense–Externato*. Mansur Guérios ficou responsável pelo jornal e, mente aberta, estimulava os alunos a participarem. Eu me animei e escrevi o artigo *Diferenças Fonéticas entre o Tupi e o Guarani* (Rodrigues 1940)¹. Eu vivia fuçando as bibliotecas, a Biblioteca Pública do Paraná e a do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, e foi de lá que me veio a informação sobre a língua de índio. Mansur Guérios estimulava isso, ele trabalhava com línguas indígenas desde os anos vinte e em aula fazia comentários sobre Tupi. No terceiro ano, escrevi *A Influência do Português na Sintaxe Nbeengatu* (Rodrigues 1941). Meu primeiro artigo em uma revista científica é de 1942, ano em que eu acabei o ginásio, e foi sobre o Kiriri: *O Artigo Definido e os Numerais na Língua Kiriri* (Rodrigues 1942).

O bom de Mansur Guérios é que ele não interferia nos meus artigos. Sua visão das línguas era não prescritiva, ele tinha uma postura de lingüista. Ele importava livros por conta própria, lia em várias línguas e os alunos tinham acesso à sua biblioteca. Eu já lia alguma coisa em francês e italiano, além do espanhol.

Mansur Guérios, de mãe italiana, admirava o comparatista Alfredo Trombetti (1866–1929), que tinha um saber enciclopédico, não era descritivista. Ele se preocupava com algo que está voltando à moda, a reconstrução remota da origem única da linguagem. Nos anos vinte foi Jorge Bertolaso Stella que divulgou no Brasil a obra de Trombetti. Mas Guérios tinha acesso a diferentes linhas. Ele conhecia não só Ferdinand de Saussure (1857–1913), mas também Edward Sapir (1884–1939) -- no original, sem tradução nenhuma -- e nas

*Publicado pela primeira vez no *Boletim do CEDOCH-DL/USP* 5: 9-28. São Paulo: Humanitas, 2000. O texto foi editado a partir da entrevista a mim concedida por Aryon Rodrigues em 1992. Omitiram-se as perguntas e as digressões próprias da linguagem falada, mas a espontaneidade dos comentários e a visão de Aryon Rodrigues desses momentos se encontram aqui resguardadas. As fitas que registraram a entrevista, incorporadas ao projeto *Primeira Pessoa do Singular*, estão depositadas no *Centro de Documentação em Historiografia Lingüística* (DL-USP). Como sempre, meus agradecimentos vão para as pesquisadoras do CEDOCH, Angela Rodrigues, Lu Gimenes e Olga Coelho, pelo paciente trabalho de transcrição, e a Aryon Rodrigues, pela revisão e pelos comentários do texto final. Nunca é demais acrescentar que os eventuais erros e omissões são de minha responsabilidade, Cristina Altman.

¹ Mais tarde, eu desenvolvi mais este artigo e Mansur Guérios mandou uma cópia para o Serafim da Silva Neto, que era editor da *Revista Filológica* e que, em 1944, o publicou nela (v. Rodrigues 1944).

aulas da Faculdade de Filosofia ele falava de todos eles: Leonard Bloomfield (1887–1949), Hugo Schuchardt (1842–1927). Era guerra e era proibido falar alemão, mas um colega de ginásio me emprestou uma cartilha para escolas alemãs no Brasil e foi aí que eu também comecei a ler alemão.

Acabado o ginásio (1942), mudei para o Colégio Novo Ateneu, uma escola particular, na qual desde 1941 eu trabalhava como servente e *fac-totum*. Com a reforma do ensino, escolhi o curso clássico. Mas não havia clientela suficiente para este curso, e a escola me intimou a mudar para o científico, onde eu tinha aula de física, matemática e biologia, mas não de latim, nem de grego. E eu fui. Mas continuei a estudar grego, no ônibus, num manual didático francês para o liceu.

Em 1947, depois de um ano no exército, comecei o curso de Letras Clássicas na Universidade (Federal) do Paraná. Até então eu conhecia [Joaquim] Mattoso Câmara (1904–1970) só dos livros. Em 1948 foi criada na Universidade do Rio de Janeiro uma disciplina lingüística, mas de forma esquisita. Só para os alunos do terceiro ano de Clássicas, que estavam terminando o curso. Os alunos de Neolatinas não tinham Lingüística. No Paraná não havia curso de Lingüística. Mansur Guérios que, por sinal, também cultivava o português literário, como bom ‘árabe’, é quem dava aulas de Lingüística informalmente, durante as aulas de língua portuguesa.

Terminei a faculdade em 1950 e prestei concurso no Colégio Estadual do Paraná (ex-Ginásio Paranaense–Externato). Fiz uma excursão para visitar um grupo indígena, passei uma semana entre os Kaingáng. Foi aí que eu vi que não sabia nada de fonética, não sabia como registrar, interpretar a língua. Vi que tinha que estudar fonética em algum lugar e veio daí a motivação de sair do Paraná e do Brasil. Fui para a Alemanha, com bolsa parcial da Fundação Humboldt e me doutorei em 1959, na Universidade de Hamburgo, com a tese *Phonologie der Tupinambá Sprache* (v. Rodrigues 1959).

O ensino generalizado de Lingüística começou mesmo em 1963. Foi uma decisão de 1962 do Conselho Federal de Educação, que estabelecia os ‘currículos mínimos’ para todos os cursos superiores. Não sei por idéia de quem se decidiu implementar a disciplina Lingüística já naquele ano. Entre os membros do CFE havia dois conselheiros da área de Letras, Celso [Ferreira da] Cunha (1917–1989) e Valmir Chagas, responsáveis pelo Currículo Mínimo de Letras. Todos os cursos superiores de Letras deveriam seguir o currículo a partir de 1963. À primeira vista parecia ótimo, havia noventa Faculdades de Filosofia no país com cursos de Letras. Mas onde estavam os noventa professores?

Era o governo parlamentarista de Tancredo Neves (1910–1985). O Ministro da Educação era o antropólogo Darcy Ribeiro (1926–1997). Eu conhecia o Darcy e o procurei para mostrar as conseqüências da precipitação da medida. Seria uma grande improvisação, já que naquela época, que eu soubesse, no Brasil, havia só quatro pessoas com formação em Lingüística: Mattoso Câmara, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; eu, na Federal do Paraná; Francisco Gomes de Matos, no Recife, com mestrado em Lingüística Aplicada ao ensino de inglês, pela Universidade de Michigan; e Montenegro, do Ceará. Darcy Ribeiro me convidou para ir a Brasília discutir com o Conselho, mas não adiantou. A Lingüística ficou mesmo como disciplina obrigatória do Currículo Mínimo para ser ministrada já em 1963, nas noventa faculdades.

Foi no verão de 1964 que montei um curso intensivo para os novos professores de Lingüística na Universidade de Brasília. O MEC ficou de fornecer material e ajuda para a Universidade instalar o curso, passagens e ajuda de custo para as faculdades enviarem seus professores, mas não o fez. Simplesmente telegrafaram para as faculdades uma semana antes do início do curso, suspendendo todo o auxílio, sem apontar as razões. O curso começou dia 7 de janeiro como estava previsto e, mesmo sem auxílio, quinze faculdades mandaram seus professores. Havia mais gente das faculdades particulares, porque o pessoal das federais dependia mais do MEC. Demos cursos de fonética, fonologia, morfologia e

sintaxe. Além de mim, dois lingüistas ligados ao *Summer Institute of Linguistics* (SIL), o Dr. Irvine Davis e Lorraine Bridgeman.

O SIL nunca estabeleceu convênios comigo, mesmo porque eu não sou uma instituição. Quanto à UnB, foi feito de fato um convênio entre as duas instituições, em 1962, pelo qual alguns lingüistas do SIL assumiram o ensino da Lingüística na nascente universidade. Esse convênio foi concebido e efetivado por Darcy Ribeiro, então reitor e executor da instalação da UnB, e precedeu de um ano minha vinda para esta universidade, a qual se deu em fevereiro de 1963. Chegando à UnB, já encontrei os membros do SIL John e Audrey Taylor e Lorraine I. Bridgeman, que tinham lecionado em 1962 no curso de graduação em Letras -- “*Curso-Tronco de Letras Brasileiras*”. Tendo assumido a chefia do Departamento de Lingüística e a organização do mestrado nessa área, propus ao Darcy que acrescentasse ao convênio uma cláusula comprometendo o SIL a manter na universidade pelo menos um Ph.D. por semestre, para cooperar no ensino pós-graduado (os Taylor não tinham o mestrado e a Bridgeman tinha concluído seu mestrado na *Indiana University*). Então fiquei com a colaboração da Bridgeman e da Sarah C. Gudschinsky (1919–1975), Ph.D. pela *University of Pennsylvania*. Em 1964 e 1965 tivemos a colaboração de mais dois doutores do SIL, Ivan Lowe e Irvine Davis.

A história do SIL no Brasil e de suas relações com instituições acadêmicas começou, entretanto, bem antes. O SIL entrou no Brasil com o aval do Museu Nacional do Rio de Janeiro (que ainda não estava incorporado à UFRJ, na época, aliás, Universidade do Brasil), com o qual formalizou um convênio, em 1956, especificamente com a Divisão de Antropologia, então dirigida pelo antropólogo Luís de Castro Faria. Esse convênio está publicado numa brochura do Museu Nacional, intitulada *O Setor Lingüístico do Museu Nacional -- organização e objetivos* (Museu Nacional, 1965). Na época, o Museu Nacional tinha assessoria lingüística do Mattoso Câmara, o qual, entretanto, colaborava graciosamente, sem nunca ter integrado o quadro do Museu. Quem fez concurso e se tornou ‘antropólogo’ do MN foi a Yonne de Freitas Leite, ex-aluna do Mattoso e que, nas relações com o SIL, ficou encarregada, entre outras coisas, de manter em ordem o cadastro dos membros daquela instituição que se encontravam no Brasil, pois o MN assumiu também o papel de ‘despachante’ junto ao Itamarati dos pedidos de ingresso no Brasil para os missionários lingüistas daquela instituição. Esse convênio só foi interrompido, por iniciativa do MN, no fim da década de 1970, quando já fazia quase dez anos que o Museu havia sido incorporado à UFRJ.

Mas em Brasília, naquele ano de 1964, professores de vários lugares seguiram o curso intensivo de Lingüística: Santos, Campo Grande, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Uberaba, Muriaé, Goiânia, Curitiba. Tínhamos aula pela manhã e leituras à tarde. Eurico Back, de Curitiba, seguiu o curso e ficou famoso por ter lido Bloomfield de ponta a ponta. Mais tarde, ele ‘reinventaria’ a Lingüística, inspirado em parte pela ‘tagmêmica’ de Kenneth Pike (n. 1912) e, em parte, pela psicologia behaviorista de Bloomfield. O ‘construturalismo’ nasceu dessas leituras.²

Os cursos de Lingüística começaram antes, ainda na década de 1930. A primeira escola superior a ministrar um curso de Lingüística foi a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada por um grupo de industriais progressistas. Foi essa escola que introduziu no Brasil o mestrado de estilo norte-americano. Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro se formaram nesta escola.

A Faculdade de Filosofia da USP, criada em 1934, adotou um modelo de ensino de línguas e de letras que não previa Lingüística. Havia Filologia, portuguesa e românica.

² O *Construturalismo* foi um movimento nascido no Paraná, no início dos anos setenta, mais especificamente na PUC-PR, onde seus principais mentores Eurico Back e Geraldo Mattos ministravam aulas. Em retórica de franca ruptura com o estruturalismo e o gerativismo, propunham, seus autores, uma ‘nova’ teoria gramatical, ‘construturalista’.

Grande parte dos professores vinha de fora: os de Letras vinham da França e de Portugal, os de Química, da Alemanha, os de Física, da Itália. Não havia professores brasileiros para todas as áreas. A primeira universidade a oferecer Lingüística foi a Universidade do Distrito Federal, a UDF, criada no Rio de Janeiro por Anísio Teixeira em 1935. Também aqui uma parte dos professores de Letras vinha da França. Um professor, M. Perrot, foi o primeiro a ministrar aulas de Lingüística; Georges Millardet (1876–1953) ministrou Lingüística e Filologia românica. Consultado por [Álvaro Ferdinando] Sousa da Silveira (1883–1967), então responsável pela área de Letras, sobre quem poderia substituí-lo ao término do seu contrato, Millardet indicou Mattoso Câmara, que havia seguido seu curso. Foi assim que foi ministrado o primeiro curso de Lingüística por um brasileiro no Brasil, associado às Letras, em 1938. Na minha opinião, sua associação com Letras foi a razão principal pela qual a Lingüística custou tanto a se desenvolver neste país.

O curso de Mattoso teve vida muito curta. Em 1938 a UDF foi fechada com tropas na sua frente. Anos mais tarde, o mesmo aconteceria com a UnB. O Ministro da Educação, Gustavo Capanema transferiu o acervo da UDF e criou a Faculdade Nacional de Filosofia, inspirando-se na da USP. Predominava, então, a mentalidade centralizadora do Estado Novo. A universidade no Rio de Janeiro passou a chamar-se Universidade do Brasil e as suas faculdades eram ‘faculdades nacionais’. As demais, nos estados, tinham que obedecer ao mesmo padrão. Na área de Letras havia os cursos de Anglo-Germânicas, Neolatinas e Clássicas. Não havia lugar especial para a Lingüística. O emprego de Mattoso Câmara acabou.

Foi seu livro [*Princípios de Lingüística Geral*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Briguier, 1941] que começou a ensinar Lingüística no Brasil. Mansur Guérios me deu o livro de Mattoso entre 1944 e 1945. Até a quarta edição foi Mattoso quem fez a revisão do livro. Ele era muito rigoroso e revia mesmo. O volume cresceu e se tornou o manual de Lingüística mais importante no universo da língua portuguesa e também da espanhola. Não houve nada igual até 1960. Quem chamou a atenção para isso foi Eugenio Coseriu (n. 1921) (v. Coseriu 1968). Este livro de Mattoso contribuiu fortemente para fixar o uso do termo ‘lingüística’. Até então, em nossas livrarias, só havia a seção de ‘filologia’; a partir dos anos 70 é que vai começar a aparecer uma seção de ‘lingüística’.

Houve, portanto, dois momentos bastante significativos na institucionalização da Lingüística do Brasil. Primeiro em 1963, com a criação do primeiro departamento autônomo e da primeira pós-graduação em Lingüística, na UnB, que produziu três mestres: Eunice Pontes, que se tornou professora da UFMG; Marta Coelho, que está na UFRJ, e Gilda Azevedo, que hoje mora nos Estados Unidos e parece que largou a Lingüística completamente. Indiretamente, também Paulino Vandresen, que começou seu mestrado em Brasília e depois o concluiu no Rio de Janeiro, e Daniele M. Grannier, que o terminou só na UNICAMP. O outro momento foi 1967-1968 quando, depois de fechada a UnB, nos reorganizamos no Rio de Janeiro, no Museu Nacional e criamos um programa de pós-graduação. Este programa se transferiria depois para a UNICAMP, mas teve continuidade no Rio de Janeiro, e hoje é um programa forte. 1968 é, portanto, a outra data significativa.

1963, ainda, foi o ano em que se criou o PILEI -- *Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas* -- que foi também importante para o Brasil por ser interamericano. Eu participei das discussões iniciais, Mattoso Câmara ainda não. Ele estava em Washington, como professor na *Georgetown University*. Eu fui o ‘delegado’ brasileiro, por assim dizer. Tivemos uma reunião em Lima, no começo de 1963, para pensar a idéia daquele programa interamericano. Vieram colegas de vários países: Uruguai, Argentina, Chile, Peru, naturalmente, Equador, Colômbia, Estados Unidos e México. Resolvemos que valia a pena tentar, tínhamos uma promessa de apoio financeiro da Fundação Ford. Fizemos, assim, um simpósio, que foi o primeiro simpósio do PILEI, em Cartagena, na Colômbia, no fim de 1963. Aí fundou-se formalmente o Programa que consistiu em fomentar a Lingüística e a

formação de professores de Lingüística e línguas nas Américas; evidentemente mais na América Latina, porque os Estados Unidos e o Canadá é que não estavam precisando de fomento. Decidiu-se fundar o Programa e, para a reunião de fundação, eu fiquei de fazer contatos para envolver mais gente no Brasil. Convidei o Mattoso Câmara, que ainda estava em Washington, mas veio especialmente para a reunião de Cartagena, e o Francisco Gomes de Matos.

Eu havia recebido um dinheiro da Ford para fazer uma viagem pelo Brasil para levantar a situação das investigações e verificar o que podia servir de centro de desenvolvimento. Foi assim que eu descobri em Recife o Gomes de Matos, e também a Adair Pimentel Palácio e a Maria do Amparo Barbosa, que tinham idéias firmes e claras sobre Lingüística. Gomes de Matos tinha os pés no chão e era muito compenetrado, sério, querendo fazer as coisas, e com conhecimento sólido, que tinha aprendido no seu mestrado em Michigan. Ele tinha mestrado apenas; mas, naquele tempo, ou era mestrado ou era nada quase. As outras duas colegas também tinham o mestrado em universidades norte-americanas.

Também visitei Salvador. Fui conhecer Nelson Rossi lá na Bahia. Conheci seu laboratório de fonética, e o alcance ou, no caso, o ‘não-alcance’ que tinha um laboratório de fonética. Isto é uma outra história para uma outra vez: “*A história dos laboratórios de fonética no Brasil*”. A fonética tem um papel importante na história da nossa Lingüística, mas do meu ponto de vista, na minha experiência, mais como um fator inibidor do que propulsor do seu desenvolvimento. Mas esse é um outro assunto.

Fiz contatos no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador; no Sul, naquele momento, não tinha nada ainda. Tinha alguns professores. O Heinrich Bunse era o mais interessante deles. Em São Paulo, descobri o Yázigi, que tinha um Centro de Lingüística Aplicada cujo especialista em Lingüística era um rapaz romeno naturalizado aqui no Brasil, Ernest Garon, que sabia bastante Lingüística e técnicas de ensino de línguas. O Yázigi era a única escola de línguas que tinha um centro de controle de qualidade e de elaboração de materiais didáticos adequados para a situação em que estavam trabalhando. Além de Mattoso Câmara, indiquei, para irem a Cartagena, Gomes de Mattos e Garon, embora este fosse de uma escola particular. Dessa participação em Cartagena resultaram várias coisas, inclusive a fundação da revista *Estudos Lingüísticos*, que durou muito pouco (São Paulo: Instituto de Idiomas Yázigi, 1961–1964). Mattoso Câmara era o editor de Lingüística teórica; Gomes de Matos, o de Lingüística aplicada e eu, o das resenhas.

O Yázigi patrocinou a revista e promoveu uma série de encontros de Lingüística: os *Seminários de orientação lingüística para professores de línguas*, que duraram bastante tempo. O primeiro foi em 1965, no Rio de Janeiro, em que eu apresentei “As tarefas da Lingüística no Brasil”. Foi o Geraldo Cintra que gravou e transcreveu o texto. Nós ainda morávamos aqui em Brasília. Fomos fazendo sucessivamente esses seminários, cada vez em um lugar diferente do Brasil: Recife, Porto Alegre, sempre bancados pelo Yázigi, inteiramente. E eles prestigiaram muito Mattoso Câmara, que era praticamente o conferencista oficial desses seminários.

1963 foi, portanto, um ano interessante. Tivemos a criação do Departamento de Lingüística na UnB, o início do ensino formal de Lingüística nas faculdades, nos cursos de Letras, o primeiro programa de pós-graduação em Lingüística, também na UnB. E houve também a criação do PILEI, que teve conseqüências no Brasil bastante fortes e em que nós atuamos em termos de América Latina.

Depois houve 1968, em que tivemos a criação do Programa de Pós-Graduação no Museu Nacional. Em 1967–1968 tivemos o III Simpósio do PILEI e o II Instituto Lingüístico Interamericano, no México. Uma das coisas que o PILEI organizou foram esses “Institutos Lingüísticos,” no sentido em que os americanos do norte usam o termo: para uma série de cursos de Lingüística itinerantes, promovidos anualmente pela *Sociedade Lingüística da América*. Em 1965–1966 foi o primeiro, em Montevidéu, cujo comitê local foi

organizado pelo José Pedro Rona e que teve o nome de Instituto Lingüístico Latinoamericano. Mattoso Câmara foi professor neste Instituto, eu também, e tivemos professores de vários países das Américas Latina e do Norte, e da Europa.

Yonne Leite foi a primeira lingüista profissional no Brasil, quer dizer, que tinha um emprego como lingüista. Se bem que o título não era lingüista, o título era antropólogo. Antropólogo, e não antropóloga, como lá no Museu Nacional eles diziam, e muito por causa da Doutora Berta Lutz, de quem ela é admiradora. Berta Lutz, filha do biólogo Adolfo Lutz, era naturalista do Museu Nacional e foi uma das primeiras líderes feministas brasileiras, ela defendia que as mulheres não deviam feminizar os títulos. Elas deveriam ser iguais aos homens e então, profissionalmente, deviam também ser *antropólogo*, *biólogo* etc. E ela corrigia sempre as moças que trabalhavam no Museu, quando se referiam a seus cargos no feminino.

Anthony Naro, nós trouxemos dos Estados Unidos para o Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional. Ele tinha estado antes no Brasil, quando estudante, com o Mattoso Câmara, como estagiário do Museu. Mattoso estimulou a vinda dele porque viu que nos Estados Unidos existiam estudantes de Lingüística interessados em Português. Só que os dois se desentenderam. Naro veio com a petulância e irreverência de estudante americano, de chegar de sandália, tirar a sandália e pôr o pé em cima da mesa, na frente do Mattoso, e Mattoso, que era extremamente formal, um homem de educação antiga, não tolerava isso. Por ironia do destino, quando a Universidade de Chicago convidou Mattoso para publicar um livro sobre a língua portuguesa, numa série sobre várias línguas importantes do mundo, Mattoso fez o livro em Português e a editora mandou traduzir. Foi justamente Naro o indicado para fazer a tradução. E fez uma ótima tradução! Além disso, ele elaborou uma introdução, aliás, um apêndice, excelente, contextualizando o trabalho de Mattoso, mas que, infelizmente na edição brasileira, que foi feita depois, cortaram. Foi estupidez, mas cortaram. Naro foi muito ponderado, e avaliou muito bem a obra do Mattoso. Era o Naro maduro, já doutor em Lingüística e profissional. Mattoso, quando soube que a editora tinha atribuído a tradução ao Naro, não se opôs, não. Mattoso era muito correto e separava as coisas direitinho. Mas, infelizmente, não chegou a ver o livro publicado. Ele morreu um pouquinho antes da publicação sair, em fevereiro de 1970. E o livro saiu uma beleza de livro. Foi uma espécie de coroação do trabalho do Mattoso, embora o pessoal daqui não saiba. Depois promoveram a publicação do manuscrito em Português, mas, como disse, sem aproveitar o apêndice do Naro.

Depois que Mattoso morreu, chamei o Naro, que veio de Angola, para onde ele tinha ido com bolsa da *Fullbright* para estudar Português e línguas africanas, porque ele estava interessado no problema dos crioulos portugueses. A tese que escreveu para o concurso de professor titular na UFRJ foi a respeito da natureza do crioulo português. Por aqui não tínhamos ninguém trabalhando com crioulos. Quer dizer, tivemos Serafim da Silva Neto (1917–1960), que se interessou por línguas crioulas, mas sem nunca ter trabalhado diretamente com elas. Em Portugal, Herculano de Carvalho se dedicou durante muito tempo ao problema dos crioulos portugueses. A discussão continua até hoje: houve crioulos no Brasil ou não houve, seja entre populações africanas e portuguesas, seja entre populações indígenas e portuguesas? Recentemente, o pessoal da sociolingüística voltou a se interessar pela questão, aqui na UnB tem o Hildo Honório Couto e a Stella Maris Bortoni, que tentam interpretar fatos de dialetos populares como remanescentes ou efeitos da criouliização.

A questão do Cafundó é mais pontual, embora existam em vários pontos de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso há vários grupos de população de origem africana, escravos libertos, que se conservaram bastante isolados e com características próprias, mantendo vocabulário de empréstimo de alguma língua Bantu, Kimbundo provavelmente, ou Kikongo. No Cafundó, a situação é de expressão lexical: a gramática toda é portuguesa e,

para certos termos, você tem sinônimos africanos. Tem o português pleno e o sinônimo africano que o substitui no que eles chamam ‘a língua secreta’, a língua do Cafundó. Quando os pais não querem que as crianças entendam, eles a usam. Por exemplo, em vez de dizer, “ele foi na cidade”, eles dizem “ele quandô na cidade”. Deve ter havido uma situação de bilingüismo, com os africanos falando uma língua Bantu e, pouco a pouco, aprendendo o Português. Da primeira língua, que passou a ser segunda, sobraram só certos termos de um vocabulário de uso especializado entre eles. Como na Bahia, em que você tem o Português do candomblé; fala-se Português plenamente, e não uma forma crioula de Português, mas, no ritual, tem-se os termos equivalentes em Iorubá. Cada um dos santos tem um nome cristão, um nome português, portanto, e um nome africano; e assim também o ‘altar’, que é o ‘altar’, mas também é o *péji*, e assim por diante.

Mas Naro, uma vez falecido Mattoso, veio com o compromisso de ensinar Lingüística Histórica do Português. Ele chegou justamente em 1972, no fim de 1972. E já em 1973 nós mudamos o Programa para Campinas. Convidamos o Naro para ir conosco, só que ele, já instalado de frente para o mar, condição que havia imposto para sua vinda, não quis mudar-se para Campinas. Eu até telefonei e falei para ele brincando: “*Olha, mas aqui tem uma lagoa, Lagoa do Taquaral, que tem uma reprodução de uma das naus do Cabral*”. Mas é claro que ele não foi nessa conversa .

O Programa acabou no Museu Nacional, aliás, na Faculdade de Letras da UFRJ, por imposição da Universidade, em fins de 1971. Letras reivindicou o Programa junto à Reitoria da Universidade, alegando que o Museu ensinava indevidamente Lingüística, que era sua prerrogativa. Vou voltar a essa questão.

O Programa do Museu Nacional, de 1968, que abrimos com a colaboração da Ford, foi um programa tripartite: ao mesmo tempo em que abria um curso de mestrado, promovia a ida de doutorandos para o exterior, já que não tínhamos capacidade docente para entrar logo com pós-graduação plena. A Ford fornecia o dinheiro, que a gente administrava para mandar o pessoal para o exterior. Vários dos doutores que temos se beneficiaram deste Programa: Paulino Vandresen, Yonne Leite, Vicente de Andrade, Margarida Basílio, Maria Bernadete Marques Abaurre, além de Antônio Carlos Quicoli, que, depois do doutorado (SUNY/ Buffalo, mas com o orientador então do MIT, o David Perlmutter), ensinou no nosso programa na UFRJ e na UNICAMP. A terceira parte do Programa era promover cursos intensivos de Lingüística nas férias, itinerantemente, para propiciar a oportunidade de treinamento, para quem não pudesse fazer mestrado, nem sair para o doutorado, mas já estivesse ensinando Lingüística, ou ensinando línguas em universidades. Então houve três partes: a parte do mestrado, o programa de doutorado no exterior e o programa que nós chamamos de Institutos, usando já o chavão, ‘Institutos Brasileiros de Lingüística’.

O primeiro Instituto Brasileiro de Lingüística fizemos em janeiro e fevereiro de 1968, em Porto Alegre, com a PUC e a UFRS (então URGs). Esse foi o primeiro de uma série, todos financiados pela Fundação Ford, que se estendeu até o número seis. Isso tem a ver com o problema da nossa ‘Revolução’ de 1964 também, porque o interesse da Ford foi tentar salvar no país algumas áreas que ficaram fortemente prejudicadas. Eles não diziam isso abertamente, mas nas conversas com a gente. Um produto desta época que está aí até hoje é o CEBRAP, em São Paulo, *Centro Brasileiro de Pesquisas em Ciências Sociais*, que a Ford financiou durante vários anos. O Centro foi organizado pelo Fernando Henrique Cardoso, que hoje é senador, mas antes fora professor demitido da USP pela Revolução,³ assim como o Octávio Ianni. O CEBRAP tornou-se um dos principais centros de pesquisas sociais no Brasil e conseguiu sobreviver, durante o regime militar, porque tinha o apoio da Ford. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, que foi criado paralelamente ao de Lingüística, sob a direção do Roberto Cardoso de Oliveira, foi igualmente apoiado pela Ford durante muitos anos.

³ Na ocasião da entrevista, Fernando Henrique Cardoso ainda não tinha sido eleito Presidente da República.

Na minha experiência, nunca soube de um pesquisador brasileiro que recusasse o auxílio da Ford porque era dinheiro americano. Pelo seguinte: primeiramente, a gente conhece americanos e americanos. Lá existe gente de direita e gente de esquerda também, do mesmo jeito que aqui. Por exemplo, eu tive a colaboração científica, desde os anos 1950, do Morris Swadesh (1909–1967), um grande lingüista norte-americano, escrevemos um artigo juntos inclusive (Hanke, Swadesh e Rodrigues 1958). Swadesh era professor da Columbia University [Nova Iorque] e, com a perseguição do ‘macartismo’, acabou demitido por se recusar a assinar uma declaração de fidelidade ideológica. Nossa correspondência começou justamente quando ele estava morando no Colorado, em Denver, e estava desempregado. Ele conseguiu depois ir trabalhar no México (na UNAM), exilou-se. E continuamos as relações na década de 1960, até sua morte. Então, não dá para a gente dizer que americano ideologicamente não presta. Tem americano de várias ideologias. Basta pensar em Noam Chomsky (n. 1928). Ele foi contra o governo americano em todas as manifestações imperialistas nos últimos vinte, trinta anos. É um líder político da oposição dentro dos Estados Unidos; e é um lingüista. Então, que história é essa de as pessoas confundirem a Lingüística americana com a política do estado vigilante americano? Não faz sentido.

O PILEI também foi financiado pela Ford, e contribuiu enormemente para o desenvolvimento da Lingüística na América Latina, não só no Brasil, mas no Chile, na Argentina, no México. Havia uma comissão de Lingüística interamericana no PILEI e, durante uma das reuniões, o presidente da comissão, que era o [Juan Miguel] Lope Blanch (n. 1927), do México, propôs um projeto de estudar *el habla culta* da América Latina, quer dizer, a fala culta das capitais dos países latino-americanos, ou das principais capitais latino-americanas. Aprovamos o projeto, como um objetivo importante a ser desenvolvido, que seria estimulado pelo PILEI. Na ocasião eu, que era membro do comitê executivo do Programa, propus incluir o Brasil, ou melhor, várias capitais brasileiras, porque o tamanho do Brasil equivale ao resto da América do Sul toda. Fiquei encarregado de indicar algum brasileiro que pudesse assumir o projeto no Brasil. Indiquei Nelson Rossi, que era na época quem mais tinha experiência dialetológica no Brasil. Rossi aceitou e essa comissão teve uma reunião em Bogotá para assentar as linhas do projeto. Foi a Ford que financiou a passagem e a estada de Rossi em Bogotá. Depois, o projeto no Brasil ficou por conta dele: ele estabeleceu o critério de quais cidades do Brasil iam ser investigadas. Foram escolhidas Recife, Salvador, Rio, São Paulo e Porto Alegre. Isso deve ter sido no fim de 1968, comezinho de 1969.

O PILEI teve um outro papel importante na América Latina, que foi a sustentação da ALFAL. A Filologia, o ‘espírito filológico’, dominava a América Latina. Em muitos outros países, nem todos conseguiam entender direito nossas propostas e defendiam que a língua tinha que ser estudada com toda sua tradição literária. Foi assim que fundaram uma ‘concorrente’ do PILEI, a *Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*, a ALFAL, em Viña del Mar, no Chile, em 1965. O PILEI ficou dando sustentação física à ALFAL, porque a política que nós adotamos foi a de apoiar uma organização de Lingüística e Filologia. Era uma espécie de válvula de escape para as tensões, cada um teria o seu lugar, lingüistas e filólogos, que estavam se auto-afirmando uns em contraposição aos outros. No fim foi uma simbiose e o interessante é que esta sustentação veio até recentemente, até 1980, mais ou menos. O PILEI parou em 1981, e agora a ALFAL está por conta própria, está adulta. O que não quer dizer que a tensão entre filólogos e lingüistas tenha terminado completamente. Em vários países da América Latina ela ainda é muito forte. Aqui no Brasil parece que ficou superada, ou melhor, anulada, pois a Filologia quase que sumiu do mapa neste país. Mas a Filologia deve ter o seu espaço, tem as suas tarefas, existem coisas filológicas, atividades realmente filológicas.

Para fechar esse período, em 1968 houve mais coisas ainda. No Instituto do México [II Interamericano], várias pessoas do Brasil, inclusive de São Paulo, foram fazer cursos de Lingüística. Entre elas, Leila Bárbara, Maria Antonieta Celani, Mary Kato, Maria do Amparo Barbosa; de Minas Gerais, Eunice Pontes; de Porto Alegre, Leonor Scliar Cabral; do Rio de Janeiro, Daniele M. Grannier. Vários brasileiros participaram, mas foi importante a participação da Leila Bárbara, da Celani e da Mary Kato, pelo seguinte: elas estavam interessadas em Lingüística aplicada ao ensino de segunda língua, fizeram o curso oferecido pelo John Martin.

John Martin é um canadense, filho de irlandeses, que estava como professor na Colômbia, dirigindo o Centro Colombo-Americano, em Bogotá, que era um centro binacional. Martin tinha uma didática formidável e uma personalidade muito forte, inteligente, bom conhecedor da Lingüística aplicada, tanto da gramática contrastiva, como da gerativa. Na época ele estava tentando puxar conhecimentos de gramática gerativa para a Lingüística aplicada. Martin era uma personalidade que arrebatava os alunos, mas foi demais problemático, apesar de ter tido uma atuação muito importante neste momento. No tempo em que estive no Brasil, Martin começou a fazer uma descrição do Português. Tem uns artigos ótimos dele sobre gênero, sobre concordância, que ninguém fez melhor até agora; há uma análise das formas verbais também, da questão do tempo no verbo português. São uns artigos excelentes, muito bem elaborados.

Acabado o Instituto Interamericano do México, tivemos o I Instituto Brasileiro de Lingüística em Porto Alegre, em 1968 mesmo. Nas férias de verão de 1969, realizamos em São Paulo, em conjunto, o II Instituto Brasileiro de Lingüística e III Interamericano, na USP. Reunimos recursos financeiros dos dois programas e assim tivemos condições de convidar mais alguns professores, inclusive John Martin, que então já estava no Chile. Nesta ocasião, também em São Paulo, Mattoso Câmara, que tinha sido eleito presidente da ALFAL, organizou o II Congresso da ALFAL, na Sedes Sapientiae, da Universidade Católica, dirigida na época pela Madre Olívia. Durante esse último congresso, foi fundada, no salão nobre da Sedes Sapientiae, a *Associação Brasileira de Lingüística*. Durante o II Instituto Brasileiro de Lingüística/III Instituto Interamericano de Lingüística, foi fundado também, por iniciativa do Ataliba Teixeira de Castilho (n. 1937), o GEL – *Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*.

Leila Bárbara, Antonieta Celani, e também Mary Kato foram de novo alunas de Martin no Instituto de São Paulo e isso foi decisivo, porque surgiu, na conversa entre eles, a idéia de criar o Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada na PUC, de que Martin foi o primeiro coordenador, ao mesmo tempo que o introdutor da gramática gerativa em São Paulo. O Programa da PUC nasceu disso aí, portanto, é consequência indireta do PILEI. Por isso que eu digo que o PILEI teve importância institucional no Brasil. O Programa da PUC foi o segundo programa de pós-graduação em Lingüística no Brasil, depois que acabou Brasília, nesta nova fase: o primeiro foi o do Rio de Janeiro, o segundo foi o da PUC de São Paulo, que começou já no segundo semestre de 1969.

A trajetória de Martin no Brasil foi complexa. Ele entrou em choque com a administração da PUC São Paulo e foi para a PUC do Rio de Janeiro, que estava tratando de desenvolver a Lingüística também. Foram ele e Amélia Lacombe que coordenaram esse Programa. Lá ele deu um semestre de aula e se desentendeu com a administração também. Ele não brigava com os professores, mas com a administração. Quando o problema com a PUC-RJ estourou, eu o chamei para o Programa do Museu Nacional. Conversei lá na Ford, que financiava quase inteiramente o Programa, e o pessoal me advertiu que ele era um camarada que criava dificuldade. Mas eu decidi contratar o Martin mesmo assim, com a verba que tínhamos para um semestre, e ele deu um excelente curso de sintaxe do Português. A Ford faz isso mesmo, eles trabalham em cima de pessoas. É o sistema americano, quer dizer, as pessoas são as responsáveis.

Do Rio, Martin acabou indo para a UNICAMP, onde ficou um semestre, embora não desse nem uma aula. Romperam o contrato e ele foi convidado pela PUC de Campinas, onde fundou o Programa de Mestrado da PUCAMP. Ali ele dirigiu bem a coisa, conseguiu trazer professores de fora e formou muita gente. Até que começou a forçar demais contra o diretor do Instituto de Letras, que foi uma das figuras tradicionais de Campinas, Prof. Sampaio, membro da Academia Campineira de Letras e, por isso, um dos orgulhos da sociedade local. Em uma disputa entre os dois, o Reitor teve que apoiar Sampaio, e Martin acabou saindo da PUCAMP também. De Campinas, ele foi para Curitiba, na Federal do Paraná, mas eu só fui reencontrá-lo como professor da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, algum tempo depois. Eu tinha uma conferência no Departamento de Linguística e, para minha surpresa, quem foi me esperar no aeroporto foi o Martin. Ele estava trabalhando no Departamento de Língua Espanhola e Português. Nós nos demos bem sempre, eu nunca tive atrito com ele. Fiquei hospedado em sua casa.

O Programa do Rio acabou migrando para a UNICAMP também, em 1973. Mas a história desse programa da UNICAMP e a implantação da Linguística nas universidades estaduais paulistas é uma outra história, para uma próxima vez.

REFERÊNCIAS

- Coseriu, Eugênio. 1968. "Perspectivas Gerais." [Trad. de Marilda Winkler Averbug do orig. inglês: *General Perspectives. Current trends in linguistics*, vol.4, (seleção de textos), 1968]. Org. por Anthony Julius Naro, *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*, 1976: 11-44. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Hanke, W., M. Swadesh e A. D. Rodrigues. 1958. "Notas de fonologia Mekens". *Miscelanea Paul Rivet octogenario dicata*, vol. 2: 187-217. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Naro, Anthony Julius. 1972. "Translator's Preface." *The Portuguese Language*, de Mattoso Câmara Jr., VII-XIII. [Trad. de A. J. Naro do orig. português, s/d]. Chicago: The University of Chicago Press.
- Mattoso Câmara, Joaquim. 1941. *Princípios de Lingüística Geral*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet.
- Museu Nacional. 1965. *O Setor Lingüístico do Museu Nacional (organização e objetivos)*. Rio de Janeiro.
- Nunes, José de Sá. 1937. *Língua Vernácula*. Porto Alegre: Globo.
- Rodrigues, Aryon. 1940. "Diferenças Fonéticas entre o Tupi-Guarani". Ginásio Paranaense – Externato, Curitiba.
- , 1941. "A Influência Portuguesa na Sintaxe do Nbeengatu". Ginásio Paranaense – Externato, Curitiba.
- , 1942. "O artigo definido e os numerais na língua Kiriri, vocabulários Português-Kiriri e Kiriri-Português." *Arquivos do Museu Paranaense* 2: 179-212.
- , 1944. "Um aspecto da evolução fonológica na família Tupi-Guarani". *Revista Filológica* 29: 74-77. Rio de Janeiro.
- , 1959. *Phonologie der Tupinambá Sprache*. Tese de Doutorado. Universidade de Hamburgo, inédita.
- , 1966. "As tarefas da Lingüística no Brasil". *Estudos Lingüísticos* 1:1. 4-15.
- Stella, Jorge Bertolaso. *Vida científica de Trombetti*. São Paulo: S.N., (111 pp.).